

Anuidade poderá subir

até 55%

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

As mensalidades escolares do primeiro semestre de 87 para o 1º e 2º grau poderão ser reajustadas em até 55% sobre o valor praticado no último semestre de 86, anunciou ontem o ministro da Educação, Jorge Bornhausen. Além desse reajuste o ministério da educação determina também que as escolas poderão negociar com os professores e pais de alunos um índice adicional de até 15%. O presidente da Federação Nacional dos Estabelecimentos de Ensino (Fenen), Roberto Dornas, declarou que esse aumento não vai resolver o problema das escolas e que pelo menos 40% delas não vão reiniciar as aulas.

O reajuste a ser negociado entre as partes deverá ser aplicado sobre a semestralidade já reajustada, o que significará um aumento real de 55% no caso das escolas que utilizarem o limite estabelecido pelo governo. O secretário-geral adjunto do ministério da Educação, Luís Bandeira, explicou que esse reajuste adicional será concedido a título de antecipação, e que no próximo reajuste da semestralidade ele deverá ser descontado.

Em nota oficial divulgada ontem, a Fenen esclareceu que esses índices só atende a interesses políticos do governo e que a livre negociação proposta, com teto limitado, é ilusória. "O nosso próximo passo é recomendar que as escolas não recomendem suas atividades com prejuízos dos seus serviços", acrescentou Roberto Dornas.

O presidente do Sindicato dos Estabelecimentos de Ensino de São Paulo, José Aurélio de Camargo, ao saber do índice oficial autorizado pelo governo para reajuste das semestralidades escolares afirmou ontem que as escolas continuarão cobrando reajustes de 100,6% porque os pais de alunos já foram consultados, por ocasião das matrículas, e concordaram em pagar esse aumento. Camargo afirmou ainda que o sindicato iniciará contatos com as autoridades para que os índices sejam reavaliados por serem estes insuficientes para recompor as perdas causadas pelo Plano Cruzado. Outro fator apontado para justificar o pedido de reava-

liação foi o de que o governo não levou em conta, ao autorizar 35% fixo e liberar 15% para livre negociação entre colégio e pais, o aumento salarial pleitado pelos professores — 100%. O presidente do Sindicato dos Professores, José Leopoldino de Azevedo, repudiou os números oficiais e assegurou que a categoria não abrirá mão do adicional reivindicado.

"Erro de Cálculo"

Para Camargo é preciso que o governo perceba que os índices autorizados são suficientes apenas para repor a diferença causada "pelo erro de cálculo do próprio governo, na ocasião do Plano Cruzado, fato admitido publicamente pelo ministro Sayad. Esclarecemos ainda que 95% das escolas do Estado funcionam em prédios locados e que os aluguéis sofreram reajustes superiores a 500%. Mais grave que esse problema é o brutal endividamento dos colégios. Para assegurar o funcionamento, muitos contraíram empréstimos em ocasião na qual os juros bancários não excediam os 2%, hoje eles ultrapassam os 15%. Tudo isso resultou em despesas superiores a 750%."

Outro item discutido por Camargo refere-se à questão da equiparação salarial dos professores da rede privada e os da pública. "O governo entende que as escolas podem recuperar o equilíbrio financeiro com essa margem de 35 a 50%. Contudo não pensaram nos professores; os da rede pública do ano passado obtiveram aumentos reais e os da rede particular apenas o abono."

O presidente do Sindicato dos Professores, José Leopoldino de Azevedo, afirma que não haverá por parte da entidade interferências junto às autoridades para revisão dos índices, mas que a categoria pressionará as escolas para que haja melhorias salariais. "Obedecendo o raciocínio do patronato, quando se pleiteava 100,6% o professor receberia 60%. Agora que concederam 35% o reajuste salarial não excederá os 22 ou 23%."

O diretores de colégios da Capital asseguraram que o reajuste autorizado é irrisório diante da perda causada com o congelamento, quando parte das escolas acumulam inflação de 89% e receberam apenas 69% de aumento.